



## **Eleições 2006: mobilização e contramobilização em torno do aborto no ciclo eleitoral**

Patricia Jimenez Rezende<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Durante o ciclo eleitoral de 2006 a mobilização antiaborto se apresentou como representativa de alterações no campo do confronto político em torno do aborto, desencadeada no contexto de regulamentação dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil no interior do primeiro Governo Lula. Grupos antiaborto, atuantes no país desde os anos 70, mobilizaram-se politicamente na forma de um movimento social nacional. Neste contexto, formou-se no âmbito nacional o Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto e foi lançada uma campanha nacional contra o aborto, com o objetivo de garantir maioria parlamentar contra o aborto nas próximas Legislaturas. No ciclo eleitoral de 2006 a campanha estimulou candidatos políticos a assumirem formalmente compromisso na defesa da vida *desde a concepção*, contando com apoio de grupos e organizações (religiosos e não religiosos) contra o aborto.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Contramovimentos; Confronto Político; Mobilizações Anti Aborto; Ciclo eleitoral.

### **Introdução**

Disputas pela definição da prática do aborto, desde os anos 70, ganharam campo no contexto brasileiro no digladiar polarizado entre feministas e Igreja Católica, impulsionado pelos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos nos Estados Unidos (EUA) e em países europeus, como na Inglaterra, Holanda, Suécia, França e Itália (CORRÊA, 2004).

No entanto, com o início da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 2003, as disputas nacionais em torno do aborto, intensificadas gradativamente desde os anos 80, foram aditivadas por políticas governamentais em alinhamento com pautas feministas. O inaugurar da era Lula desabrochou um novo ambiente sócio-político que

---

<sup>1</sup>Os resultados apresentados neste resumo são parte da pesquisa ‘Movimentos sociais e contramovimentos: a mobilização antiaborto no Brasil contemporâneo’, realizada para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Débora Alves Maciel. A realização da pesquisa contou com o apoio financeiro da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (de 01/10/2013 a 31/10/2014) e com apoio financeiro da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo nº. 2014/13558-2 (de 01/11/2014 a 30/09/2015). Contato eletrônico: pjr1702@gmail.com.

se fez campo para uma nova dinâmica no confronto do aborto no caso brasileiro. A grande repercussão da temática e a intensa atuação antiabortista na campanha eleitoral de 2010 (MACHADO, 2012a) são frutos de mobilizações políticas que tiveram seu fulcro ainda em 2005, com a organização da primeira Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o aborto e o processo de formação do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto.

A proposta deste artigo é, portanto, apresentar esse ambiente político contextualizado no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus desencadeamentos no desenrolar da dinâmica contenciosa em torno do aborto no ciclo eleitoral de 2006. A dinâmica entre Estado, movimento e contramovimento em torno da agenda do aborto neste momento político é objeto central e representativo para uma compreensão mais profunda do embate pró-aborto e antiaborto nacional contemporâneo.

Para tal, será adotada a perspectiva dos movimentos sociais e contramovimentos para analisar o fenômeno político. Os movimentos sociais são entendidos como uma forma de política com limites fluidos, sustentada em longo prazo confrontacionalmente por coletivos organizados em redes conectivas (BISON e DIANI, 2010), envoltos por símbolos e significados compartilhados e identidade coletiva em torno de um objetivo em comum (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009; TARROW, 2009). As conquistas e avanços dos movimentos sociais podem acarretar na formação de contramovimentos, isto é, movimentos sociais formados e organizados em oposição a outros movimentos sociais já existentes (BANASZAK e ONDERCIN, 2010; USEEM e ZALD, 1982).

Através deste enfoque são abordadas duas questões ainda pouco exploradas pela literatura nacional sobre os movimentos sociais em geral e a mobilização antiaborto em particular: a relação entre contramovimento, movimento e Estado; e os ciclos eleitorais como parte das oportunidades políticas e como espaço público de ampla visibilidade para disputas que não só partidárias.

O recorte empírico deste artigo resume-se ao ambiente político e à disputa dramatizada nas campanhas antiaborto e pró-aborto nas eleições de 2006. Com destaque para a eleição presidencial polarizada por Luiz Inácio Lula da Silva pelo PT (candidato à reeleição) e Geraldo Alckmin pelo PSDB e a disputa parlamentar nacional. Para tanto, foi confeccionado um banco de mobilizações em torno do aborto que tinham como objetivo influir no resultado eleitoral, a partir dos jornais digitais da Folha de São Paulo, O Globo e da Câmara e realizadas entrevistas com lideranças-chave antiaborto.

## **1. A questão do aborto na era Lula**

A histórica aliança entre movimento feminista e o Partido dos Trabalhadores (PT) rendeu um momento de oportunidade política para as pautas e demandas feministas com o início do governo Lula. Isto é, um contexto sociopolítico mais maleável para a introdução de demandas da agenda feminista. Nesta esteira, em nível do governo federal, o ambiente político demonstrou-se aberto para a inclusão da temática do aborto no âmbito político. A gestão federal com destaque ímpar para a implementação de Conferências Nacionais<sup>2</sup> e Conselhos de Política<sup>3</sup> (FARIA, 2010; PETINELLI, 2011; PINTO, 2006) garantiu vínculos estreitos entre governo federal e feministas, sobretudo, através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher<sup>4</sup>.

Fruto dessa parceria, em julho de 2004, foi realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, durante a qual foi lançado o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e formada uma Comissão Tripartite para “*revisar a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez*”<sup>5</sup> (CORRÊA, 2011). A presença de ativistas feministas dentro do governo federal na era Lula se deu de tal modo que essa Conferência (dentre as demais convocadas pelo Estado) foi a única na qual a representatividade da sociedade civil não se fez majoritária, exatamente pelo fato de que já havia importantes representantes feministas em cargos institucionais, de modo que dispensavam outras representações (PINTO, 2006). Em sinergia com o governo na revisão da criminalização do aborto<sup>6</sup>, desde fevereiro de 2004, o movimento feminista contava com a atuação da rede Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro. A Jornadas teve expressiva mobilização nas Conferências preparatórias pra a realização da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e na composição da Comissão Tripartite.

Instalada em abril de 2005, a Comissão Tripartite (composta por seis (6) representantes do Legislativo, seis (6) do Executivo e seis (6) da sociedade civil) se ordenou na elaboração de um Anteprojeto objetivando à legalização do aborto. O processo de elaboração do Projeto possibilitou um estreitamento da relação do movimento feminista com o Ministério da Saúde e alguns parlamentares, através de “[...] *monitoramento, pressão política e divulgação do que acontece*

---

<sup>2</sup> Processo de participação política convocada pelo Governo, em caráter temporário, de interlocução entre governo e sociedade civil no estabelecimento de diretrizes de políticas públicas e na formulação de projetos e propostas sobre uma determinada temática (FARIA, 2010; PETINELLI, 2011).

<sup>3</sup> De criação governamental, são órgãos colegiados de composição tanto de agentes governamentais como da sociedade civil. Os Conselhos de Política têm papel fundamental na formulação de estratégias e propostas para a implantação de políticas públicas, e também são lugar de ampla demanda e negociação entre diferentes movimentos sociais (FARIA, 2010).

<sup>4</sup> Embora o movimento feminista, desde a década de 80, tenha atuado junto aos governos através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, participou mais estreitamente da elaboração de políticas públicas durante o governo Lula (PINTO, 2006).

<sup>5</sup> Informação retirada de Plano Nacional de Políticas para Mulheres de 2005.

<sup>6</sup> A valer, desde 2002, ainda durante o governo federal de Fernando Henrique Cardoso já constava na Plataforma Política Feminista a revisão da legislação punitiva do aborto (CORRÊA, 2011; NOGUEIRA, 2013).

*nessa esfera, mas também de subsídio aos debates, realização de pesquisas e produção de informação e conhecimento sobre o tema do direito ao aborto” (MAYORGA e MAGALHÃES, 2008, p.163).*

Em seus termos, o Projeto buscava a legalização do aborto através da regulamentação de seu atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) e através da cobertura por Planos de Saúde, dentro do período máximo das 12 primeiras semanas de gestação, em quaisquer circunstâncias (ROCHA, 2008). Mas a possibilidade de que um Projeto como este fosse para votação e, ainda, passível de aprovação não se apresentou isenta de antagonismo neste contexto. Na contrapartida, a CNBB, por exemplo, (importante base de apoio político do PT) realizou intensa pressão no governo federal por não ter sido incluída como integrante da Comissão Tripartite, a ponto de que o governo viesse a recusar a apresentação do Projeto diretamente ao Legislativo (CORRÊA, 2011; NOGUEIRA, 2013).

Buscando driblar a crescente oposição e reverter a situação negativa do recuo do governo federal na assunção do PL, integrantes da Comissão Tripartite decidiram por apresentar o Projeto no formato de um substitutivo de Projeto de Lei ao PL nº. 1135/1991<sup>7</sup>. A estratégia visava conseguir uma votação o mais rápido possível do Projeto, que teria como relatora a então deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), personalidade parlamentar assumidamente favorável à causa pró-aborto.

As possibilidades de aprovação do Projeto substitutivo faziam-se cada vez mais amplas. No entanto, os entraves às iniciativas pró-aborto também. O comando da Câmara dos Deputados encontrava-se sob a figura de Severino Cavalcante do Partido Progressista (PP), de Pernambuco, desde o começo do ano de 2005. Severino Cavalcante era candidato concorrente ao indicado pelo governo federal, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), e declaradamente contrário ao aborto, tendo em sua autoria projetos que versam sobre direitos sexuais e reprodutivos e família conservadoramente, como o PL nº 947/99 que institui o “Dia do Nascituro” e o PL nº 7235/02 que propõe a restrição do aborto nos casos em que a vida da gestante encontra-se em risco e de gestação resultante de violência sexual. Ainda que de convocatória do governo federal, a formação da Comissão Tripartite dependeu da aprovação de Severino Cavalcante, que substituiu dois membros indicados pelas feministas por dois membros contra o aborto para integrar a Comissão, mesmo após ter acordado com a Ministra de Políticas para Mulheres Nilcéia Freire que aceitaria os nomes indicados pela bancada feminista. Embora Severino Cavalcante tenha renunciado em setembro do mesmo ano, deixando o comando da casa para Aldo Rebelo do PCdoB de São Paulo,

---

<sup>7</sup> De autoria de Eduardo Jorge (PT/SP) e Sandra Starling (PT/MG), cujo visava à descriminalização do aborto através da supressão do artigo que caracteriza crime o aborto, alterando o Decreto-Lei nº. 2848 de 1940.

partido político historicamente alinhado ao PT, o episódio de sua eleição para a presidência da casa à revelia do governo federal sinalizou uma cisão entre os poderes executivo e legislativo<sup>8</sup>.

Internamente ao próprio PT o quadro não era muito diferente, grupos heterogêneos aliados, coligados e no interior do partido compunham um quadro artesanal de diversidade de posicionamentos em torno pautas tão polêmicas e controversas. Assim como previamente movimento feminista havia criado suas expectativas quanto ao governo Lula, os grupos e movimentos da ala oposta também o criaram. Grupos pentecostais migraram em massa para o PT, desde 2002, tendo em vista a possibilidade de se fortalecer institucionalmente (MACHADO, 2012b). Tal adesão pentecostal ao PT ocasionou numa ampla heterogeneidade interna ao próprio partido. Resultado disso, a agenda do aborto via-se atravancada por interesses divergentes no interior do próprio governo.

Diante do contexto político desfavorável do nomeado mensalão, em 2005, quando denúncias de corrupção em cargos de alto escalão do governo levaram à instauração de Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e um inquérito pela Procuradoria Geral da República<sup>9</sup> (CARREIRÃO, 2007), o governo Lula sofreu intenso desgaste político e descrédito popular. Grupos católicos integrantes da base do PT desvinculavam-se do partido e, seus dissidentes, em 2005, formaram o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)<sup>10</sup>. Os grupos da oposição aproveitaram o momento de descrédito popular do partido e intensificaram suas mobilizações de oposição (CARREIRÃO, 2007; MACHADO, 2012b).

A ampla absorção de políticos pentecostais pelo PT combinada à crise política interna do partido, causada pelo mensalão, alteraram o ambiente político. O mensalão repercutiu nos grupos de base de apoio do PT e, ao mesmo tempo, na adesão popular ao governo. A era Lula viu-se fragilizada, e uma agenda política mais progressista, em confluência com as propostas pró-aborto, foi abafada por interesses políticos mais conservadores, alinhados às propostas antiaborto. O âmbito legislativo de 2004 a 2005 é ilustrativo dessa reviravolta antiaborto durante o primeiro governo Lula. Sendo que a prevalência de Projetos favoráveis à legalização do aborto até o ano 2004 não se mantém no ano de 2005, quando há uma inversão em número de proposituras, predominando posicionamentos antiabortistas.

No entanto, em meio a esse revés no legislativo<sup>11</sup>, retratando um momento de fortalecimento das forças antiaborto na arena institucional, políticas pró-aborto ainda assim

---

<sup>8</sup> Desde 1993 o país não presenciava tal desconchavo político.

<sup>9</sup> Durante o mensalão diversos membros do governo federal tanto do PT quanto de outros partidos sofreram sérias acusações (CARREIRÃO, 2007). O ambiente político de descrédito desencadeou na desvinculação ao partido de movimentos sociais historicamente aliados ao PT (DRUCK, 2006).

<sup>10</sup> O PSOL foi oficializado, obtendo registro definitivo em 15 de setembro de 2005.

<sup>11</sup> Quadro inverso ao que se apresentava no país desde a década de 90.

avançavam por diferentes canais de participação. Paralelamente à propositura do PL substitutivo nº 1135/91, também corriam os casos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº.54 (ADPF-54)<sup>12</sup>, a Lei de Biossegurança<sup>13</sup>, Normas Técnicas<sup>14</sup>. Tais avanços pró-aborto encorajaram parlamentares contra o aborto a reagir e, em agosto, foi formada a I Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto, presidida pelo então deputado Luiz Bassuma do PT-BA.

Entre várias sessões e tentativas frustradas de votar o PL substitutivo, uma verdadeira batalha foi travada no interior do Congresso Nacional e em seus auditórios. O embate se deu tão acirradamente que exigiu a sua discussão em Audiência Pública, realizada em 22 de setembro de 2005 na Comissão de Seguridade Social e Família. Nesta ocasião, grupos antiaborto já anunciavam: “2006 tem eleição!”. Apesar das tentativas pró-aborto, sob a intensa pressão antiaborto no Congresso Nacional protelando a votação do Projeto substitutivo, o PL não foi votado em 2005 e foi arquivado até 2007, quando voltou a tramitar no Congresso sem sucesso (MIGUEL, 2012; ROCHA, 2008).

Contudo, abordando tema explosivo para a sociedade brasileira a partir de um ponto de vista pró-aborto, o substitutivo do PL nº 1135/91 foi a faísca que faltava para que as mobilizações antiaborto incorporassem a figura dos movimentos sociais. É, pois, priorizando o tema urgente do momento – o PL substitutivo – que a partir da Frente Parlamentar se realizou o I Seminário Nacional em Defesa da Vida, quando pela primeira vez os seus organizadores e participantes, puderem ter “*uma radiografia dos pró-vida no Brasil*”<sup>15</sup>.

### **1.1. A virada antiaborto**

As possibilidades de alterações legais e legitimadas popularmente na conceitualização do aborto foram catalizadoras para a mobilização antiaborto e propiciaram alterações singulares na dinâmica do confronto do aborto nacional. Grupos antiaborto já inseridos na estrutura parlamentar

---

<sup>12</sup> Movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS) e com assessoria da Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. A ação requereu diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) que fossem considerados exceções ao Artigo 128 do Código Penal brasileiro e, portanto, não sujeito à penalidade a antecipação do parto em caso de anencefalia grave comprovada. A ADPF-54 foi efetivada em abril de 2005, após um período de sete meses invalidada por sua cassação em uma Plenária do STF (RIBEIRO, 2012).

<sup>13</sup> Prevendo a liberação de pesquisas científicas com o uso de células tronco embrionárias geradas em fertilização *in vitro*, em 2005, tramitou no Congresso o Projeto de Lei de Biossegurança. Apesar de não tratar diretamente da questão do aborto o PL, problematizou a noção de início da vida, objeto de centralidade na disputa do aborto desde a Constituinte. Representativo do entrave em torno do aborto durante o governo Lula, a Lei de Biossegurança foi aprovada em 2005 e, no mesmo ano, questionada por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)<sup>13</sup> (LUNA, 2010; SALES, 2014).

<sup>14</sup> Nessa conjuntura, em 2005, no âmbito executivo, o Ministério da Saúde de Humberto Costa<sup>14</sup> elaborou e divulgou a Norma Técnica de “Atenção Humanizada ao abortamento”<sup>14</sup> (BRASIL, 2005a) e reeditou a Norma Técnica de “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes” (BRASIL, 2005b), ambas abordando a questão do aborto a partir de um ponto de vista favorável à sua legalização.

<sup>15</sup> Entrevista com um dos fundadores do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto.

transgrediram os portões da esfera institucional e realizaram, em 12 de julho de 2006, a Plenária Nacional Pró-Vida. Realizada no Auditório da Câmara dos Deputados Nereu Ramos, a Plenária, foi fulcro de uma mobilização altamente organizada e estruturada para o ciclo eleitoral daquele ano, uma vez que, possibilitou a formação de um movimento antiaborto de atuação em nível nacional, reunindo grupos atuantes no país desde a década de 70, antes dispersos.

Durante a Plenária foi lançada a “Campanha Nacional em Defesa da Vida” e concomitantemente se formou o Movimento Brasil sem Aborto (nominado atualmente como Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto). Reunindo grupos, organizações, instituições e movimentos diversos tanto de atuação específica na pauta do aborto quanto de atuação mais abrangente, distribuídos ao longo do território nacional, se deu a conceitualização/elaboração da “Campanha Nacional em Defesa da Vida” e do Movimento Brasil sem Aborto. Foi, portanto, na estruturação para que a Campanha se viabilizasse que também se viabilizou a formação do Movimento Brasil sem Aborto, das entranhas do aparato institucional para as ruas.

O Movimento se formou com o objetivo de atuar e *“pautar-se pela UNIDADE na ação (mobilização das consciências) e por uma identidade aconfessional e suprapartidária”*, na *“defesa da criança desde a concepção e a garantia da Vida em sua plenitude”*<sup>16</sup>. Para tanto, reuniu em seu conselho diretor nacional representantes de instituições de variadas confissões, como a Pastoral da Família da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Federação Espírita Brasileira (FEB), a Rede Brasileira do Terceiro Setor (REBRATES) e a Associação Nacional Pró-Vida Família.

O quadro político, no ano de 2005, fazia-se bastante diferente do que o que retratava o Brasil no início da era Lula. Tais inovações no ativismo antiaborto alteraram a dinâmica de movimento, contramovimento e Estado no ambiente da campanha eleitoral presidencial e parlamentar nacional de 2006. Mobilizações pró-aborto e antiaborto apresentaram-se em disputa direta nesse ciclo eleitoral.

## **2. Ciclos eleitorais e confronto político: síntese analítica**

Adotando a perspectiva do confronto político, os movimentos sociais são uma forma de política com limites fluidos, sustentada em longo prazo confrontacionalmente por coletivos organizados em redes conectivas (BISON e DIANI, 2010), envoltos por símbolos e significados compartilhados e identidade coletiva em torno de um objetivo em comum (MCADAM, TARROW

---

<sup>16</sup> “A trajetória do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida (Brasil Sem Aborto) e os desafios para os próximos quatro anos (2011-2014)”.

e TILLY, 2009; TARROW, 2009). A ação coletiva é fomentada por sentimentos de insatisfação e injustiça, de modo que a inação apresenta danos mais altos do que a própria ação (DELLA PORTA e DIANI, 2006a; TARROW, 2009), ao mesmo tempo em que uma ação coletiva centrada em repertórios e estratégias de movimentos sociais (no lugar de revoluções, terrorismo, vandalismo, coalizões etc.) se apresenta hábil para que os objetivos em vista sejam alcançados, ou seja, exerça pressão e/ou influência sobre os grupos de poder do campo no qual se encontra a disputa (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009; TARROW, 2009).

As conquistas e avanços dos movimentos sociais podem acarretar na formação de contramovimentos, isto é, movimentos sociais formados e organizados em oposição a outros movimentos sociais já existentes. Os objetivos e avanços do movimento social inicial vão de encontro direto com os objetivos e avanços do contramovimento e implicam em uma disputa de mobilizações e contramobilizações em torno de um mesmo campo (BANASZAK e ONDERCIN, 2010; USEEM e ZALD, 1982).

Vetor determinante para o desenrolar do confronto entre movimento e contramovimento, os períodos eleitorais são caracterizados por momentos de intensa mobilização coletiva. Isto, pois, representam momentos de transição política e seus resultados interferem diretamente na relação que se estabelece entre movimento, contramovimento e Estado. Nesse sentido, os períodos eleitorais são interpretados como ciclos eleitorais. Ou seja, momentos em que há ampla mobilização de grupos e atores coletivos diversos, na busca por pressionarem candidatos e influenciarem eleitores, de modo que os resultados eleitorais lhes possibilitem novas/mais oportunidades políticas.

Longe de estabelecer uma relação binária e simples, movimentos sociais e Estado protagonizam parte importante da política ocidental contemporânea. Nessa interação o Estado pode responder de variadas formas aos movimentos, seja os reprimindo, convivendo pacificamente, os encorajando e/ou sendo influenciado por eles (GOLDSTONE, 2003). Em confluência a essa assertiva, movimentos e contramovimentos duelam entre si não em um vácuo, mas em um ambiente sociopolítico cambiante em que as ações e posições do Estado exercem forças nessa dinâmica e, ao mesmo tempo, movimento e contramovimento interagem sobre as forças do Estado (MEYER e STAGGENBORG, 1996).

Os ciclos eleitorais por contarem com ampla visibilidade midiática permitem com que movimentos e contramovimentos interajam de forma mais eloquente com o público. Deste modo, se apresentam como momentos de oportunidade política em que movimentos e contramovimentos reagem ao contexto político e ao ambiente discursivo e cultural no qual a disputa se engendra. As mídias desenvolvem importante papel neste contexto, ao passo que os movimentos dependem dela

para difundir suas mensagens<sup>17</sup> e que a forma como o movimento é apresentado para o público interfere diretamente em sua repercussão, ou ainda, a forma como as mídias articulam simbolicamente valores e emoções em torno de uma questão pode não só interferir na repercussão de determinado movimento, como também na mobilização deste movimento – no estímulo ou esmorecimento de seus ativistas – (DELLA PORTA e DIANI, 2006a). Ou seja, as eleições são momentos propícios para incidir simbolicamente sobre a sociedade, aproveitando do momento político para divulgar suas percepções de mundo e conquistar novos adeptos (JASPER, 2007; TARROW, 2009).

Dessa forma, os confrontos eleitorais encerram em si mesmos momentos propícios para movimentos sociais trazerem à tona temas que envolvem, por exemplo, os direitos sexuais e reprodutivos aos holofotes da mídia e pressionarem candidatos a se posicionarem publicamente diante de determinadas problemáticas (DELLA PORTA e DIANI, 2006b). Isto porque o objetivo é de não só eleger seus candidatos, como de pressionar demais candidatos a comprometerem-se com suas demandas.

A campanha, forma de ação típica dos movimentos sociais, caracteriza-se por não resumir a um único evento, mas sim por aglutinar em longo prazo e em prol de um mesmo esforço vários eventos, repertórios variados, um grupo identificável de atores e um público alvo. E, como denominou Tilly (2010), episódios de confronto de movimentos sociais apresentam VUNC (valor, unidade, números e comprometimento), isto é, Valores, símbolos e significados compartilhados; Unidade como certo *modus operandi* típicos de campanhas, repertórios de mobilização (marchar, cantar, empunhar cartazes e bandeiras, etc.); Número, no sentido de que campanhas para efetivarem pressão política necessitam contar com grande volume de participantes e apoiadores; e Comprometimento do grupo em participar de todas as atividades da campanha “faça chuva ou faça sol” (TILLY, 2010).

As campanhas em períodos eleitorais, portanto, além de permitirem uma observação em escala reduzida dos movimentos sociais, combinam um contexto mais amplo num campo no qual diversos atores – aliados e oponentes –, movimentos sociais, contramovimentos e Estado estão em plena interação não só na disputa de cargos governamentais, mas também no convencimento da opinião pública sobre determinado tema. Durante confrontos eleitorais as disputas entre movimentos e contramovimentos são acirradas, a conjuntura política em flutuação coloca a dinâmica do confronto em modo de alarme para as novas remodelações.

---

<sup>17</sup> Nas sociedades contemporâneas, com os avanços tecnológicos e comunicativos, movimentos sociais têm se articulado também em mídias alternativas (próprias ou não) (DELLA PORTA e DIANI, 2006a).

### **3. Eleições 2006**

A temática do aborto ganha importante destaque na eleição presidencial de 2010 (BARRERAS, 2013; MACHADO, 2012a). No entanto, não é novidade nos ciclos eleitorais brasileiros. Já no segundo turno da primeira eleição presidencial direta após a redemocratização do país, em 1989, o tema se apresentou no confronto eleitoral. No entanto, mais como ataque denunciatório entre candidatos do que como questão para debate de agendas políticas (BARRERAS, 2013).

No pleito de 2006 estavam em concorrência os cargos políticos para governador, deputado estadual e federal, senador e presidente da República. Para as eleições presidenciais<sup>18</sup> o protagonismo da disputa encontrava-se entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva pelo PT com coligação do PCdoB e PRB, Geraldo Alckmin pelo PSDB coligado ao PFL e, mais atrás, a candidata Heloísa Helena pelo PSOL com coligação do PSTU e PCB. Tendo sido levada ao segundo turno a dobradinha PT e PSDB. Lula, que já ocupava o cargo da presidência, desde 2003, buscava sua reeleição em meio aos escândalos do mensalão. Conquanto a popularidade do governo Lula tenha sofrido decréscimos, manteve-se em vantagem à candidatura de Alckmin (CARREIRÃO, 2007).

Nesse contexto, o ciclo eleitoral de 2006 tornou-se campo de confronto em torno do aborto, com a ingerência de grupos antiaborto em uma ampla campanha pró candidatos presidenciais e parlamentares antiaborto e contra a eleição de candidatos pró-aborto; em contrapartida, movimento feminista se empenhou em uma campanha voltada para a participação política feminina e para a eleição de candidatos alinhados às propostas pró-aborto.

#### **3.1. O confronto do aborto no ciclo eleitoral de 2006**

Tendo em vista o acirramento do confronto em torno do aborto no contexto nacional e o campo político das eleições que se configuram como palco de disputas, há no ciclo eleitoral de 2006 uma difusão da contramobilização antiaborto, que no formato de uma campanha de abrangência nacional atuou direcionadamente no convencimento público e na orientação do eleitorado para influir no resultado eleitoral. Não é novidade que em ciclos eleitorais movimentos sociais tenham ampla mobilização buscando incidir na conjuntura política flutuante. O movimento feminista brasileiro desde as eleições de 1982 já se valia deste canal de participação política através do “Alerta Feminista Para as Eleições”. Mas, é novidade no confronto em torno do aborto

---

<sup>18</sup> Também concorriam à presidência em 2006: Cristovam Buarque pelo Partido Democrático Trabalhista PDT, José Maria Eymael pelo Partido Social Democrata Cristão PSDC, Luciano Bivar pelo Partido Social Liberal PSL, e Ana Maria Rangel pelo Partido Republicano Progressista PRP (CARREIRÃO, 2007).

uma mobilização com objetivos especificamente antiaborto, organizada em escala nacional através de uma rede de interação política.

No total foram levantados treze (13) eventos de mobilização em torno do aborto, sendo sete (7) antiaborto e seis (6) pró-aborto. As iniciativas de ambos os lados abordaram o aborto a partir de aspectos legais, éticos, morais e também a partir de aspectos mais científicos e biológicos. A votação do substitutivo ao PL nº 1135/91, que se postergou para a legislação seguinte, protagonizou como tema específico de mobilizações e contramobilizações.

### **3.1.1. Repertório de ação**

Contramovimento e movimento em torno do aborto valeram-se da atuação de diferentes grupos a partir de variadas táticas no confronto eleitoral de 2006. Tanto na mobilização pró quanto anti aborto foram realizados dois tipos de campanhas, uma campanha positiva e uma negativa. Movimento feminista enfatizou positivamente a legalização do aborto e, ao mesmo tempo, negativamente a sua não legalização; na mão inversa, movimento antiaborto destacou o lado positivo da não legalização do aborto e de sua criminalização integral e, ao mesmo tempo, destacou negativamente a sua possível legalização.

A mobilização antiaborto privilegiou manifestações do tipo direta e via comunicação na sua atuação, mas também se valeu de mobilizações institucionais/convencionais. Foram confeccionados e divulgados documentos e materiais de mobilização, realizados seminários e plenárias, confeccionados e distribuídos panfletos e cartazes e, ao mesmo tempo, constituídas as bases estruturais para uma mobilização prolongada. Em contrapartida, a atuação feminista teve manifestações mais via comunicação e direta e intenso uso de *lobby*, sobretudo, através da utilização de mídias próprias para a veiculação de notícias e acompanhamento da disputa eleitoral, confecção e divulgação de documentos, realização e divulgação de estudos e também na realização de abaixo-assinados. Conforme **Quadro I**.

A articulação de grupos e ativistas antiaborto nas esferas institucionais e societárias se apresentou como uma forte estratégia de ação. É afinal, na permuta entre estes diferentes atores que nasceu e se consolidou o projeto de uma atuação em nível nacional no confronto de 2006. Nesta esteira, mobilizações contra o aborto se deram não apenas de várias formas, mas também desde em ambientes menos institucionalizados, como em ambientes mais institucionalizados.

As mobilizações contra o aborto se apresentaram mais ofensivas do que as mobilizações pró-aborto, empenhando uma diversidade maior de formas de ação no confronto e, sobretudo, aproveitando este momento de oportunidade política para sua organização em longo prazo na causa do aborto. Há nas ações antiaborto, inclusive, traços de formas de ação mais disruptivas, por

exemplo, na realização de “boca-de-urna” via mensagens de celular. Ação que transgrediu normas e regras eleitorais, pendendo para uma ação de perturbação de eventos oficiais.

**Quadro I**  
**Repertórios de ação em torno do aborto**

Repertório de ação	Pró aborto	Antiaborto
Manifestação via comunicação	Veiculação de notícias, Divulgação de documentos, entrevistas e artigos, Divulgação de dados de pesquisa, Desenvolvimento de mídias alternativas próprias	Realização de Seminário, Realização de Plenária, Confecção de Documentos, Nota e Manifesto, Produção de questionário
Manifestação Direta	Confecção de Documento; Abaixo assinado; Realização de pesquisa e produção de dados	Divulgação de documentos e materiais de mobilização, Produção de site e páginas na internet próprios, Envio de e-mails e mensagens por celular, Confecção e Distribuição de Panfletos e Cartazes, Divulgação de dados de pesquisa, Desenvolvimento de mídias alternativas próprias
Manifestação Institucional/convencional	Lobby	Constituição dos comitês Estaduais de mobilização, Formação de Movimento, Lobby

As mobilizações pró-aborto priorizaram o debate sobre o ambiente político, a participação política feminina e sua baixa representatividade no Congresso brasileiro em detrimento de uma campanha eleitoral pró-aborto propriamente dita, na busca por compromissos com candidatos e divulgação ampla da pauta da legalização e/ou descriminalização do aborto.

Movimento feminista se valeu de um repertório de ação enfatizando a mudança dos termos penais que regem a questão do aborto no país para termos legais. Enquanto grupos contra o aborto atuaram destacando a manutenção da questão do aborto em termos penais. As contramobilizações, inclusive, têm sido retratadas na literatura sobre movimentos sociais como tipicamente empenhadas na estabilização de determinados valores. Ou seja, está mais relacionada à conservação de determinado *status quo*, do que na sua mudança. Em constante interação, ambos, contramovimento e movimento, se empenharam no confronto eleitoral tanto de forma mais indireta, através da organização e publicação de candidatos e suas pautas referentes ao tema; quanto de forma mais direta, através da convocatória do eleitorado para votar em candidatos posicionados alinhadamente às suas perspectivas.

O movimento antiaborto se demonstrou mais mobilizado no processo eleitoral de 2006. Enquanto movimento feminista parecia arrefecido sua mobilização pró-aborto. Em posição de ataque, as mobilizações antiaborto conduziram a disputa do confronto eleitoral em meio a táticas mais ofensivas, como na estruturação de uma Campanha de porte nacional, com abordagem exclusiva para a pauta do aborto.

### 3.1.2. Signos e significados em disputa

Contramovimento e movimento se encontram em constante interação, o processo de interpretação e ressignificação, ou seja, de enquadramento interpretativo de ambos os lados, não se dá senão como parte dessa interação. Enquadramentos interpretativos e contra enquadramentos interpretativos estabelecem-se em um embate na busca de convencimento público, ao mesmo tempo em que vão ganhando novos significados e significando determinados conceitos e visões de mundo na dinâmica persuasiva que se faz presente (BENFORD, 2014).

Os enquadramentos interpretativos se apresentam na disputa em torno do aborto em confronto direto. Movimento e contramovimento desenvolvem suas retóricas em referência e em contrapartida ao seu respectivo adversário. Falando em uma mesma gramática, ambos buscam – tanto a partir de interpretações mais racionais quanto mais emocionais – apresentarem através de suas visões de mundo a conceitualização do aborto. Gradientes de racionalidade e moralidade são combinados na elaboração de argumentos e justificativas da ação de cada um dos lados da disputa, em acordo com sua cultura interna. Nesta esteira, definições em torno da noção de vida, de morte, pessoa, maternidade e do papel social da mulher foram interpretados em enquadramentos e contra enquadramentos do aborto no confronto eleitoral de 2006. Foi identificado que ambos os lados mobilizaram três (3) enquadramentos interpretativos: Legal, Médico-científico e de Gênero. Conforme **Quadro II**.

### Quadro II

#### Enquadramentos interpretativos antiaborto *versus* pró-aborto

Enquadramento Interpretativo		Antiaborto	Pró-aborto
Legal	Direitos de Cidadania	o aborto como ameaça ao direito à vida do feto	aborto como direitos sexuais e reprodutivos, parte dos direitos humanos da mulher
	Direito Penal	a criminalização do aborto como uma forma de punir o atentado à vida do feto	a criminalização do aborto como uma forma de reiterar desigualdades sociais, uma vez que são as mulheres pobres que morrem em abortos clandestinos
Médico-científico	Mulher	o não aborto como uma questão de cuidado da saúde pública da mulher, tendo em vista as altas taxas de mulheres que morrem em abortos clandestinos	o aborto como uma questão de saúde pública, em decorrência dos altos índices de mortes femininas ocasionadas por abortos na clandestinidade
	Feto	o aborto como risco a vida do feto, que se inicia no momento da concepção	o aborto não coloca em risco a vida fetal, uma vez que a vida não se inicia no momento da concepção
de Gênero		o não aborto como uma questão de dignidade da vida humana e da família, a maternidade confere dignidade à mulher	o aborto como uma questão de autonomia feminina e apoderamento de seu corpo, a possibilidade de escolha confere dignidade à mulher

Nas interpretações em disputa, se do lado antiaborto prevalece a premissa de que há vida desde o momento da concepção/fecundação, do lado antagônico a premissa se faz inversa, a vida não se inicia no momento da concepção.

O enquadramento e contra enquadramento Legal referem-se a uma abordagem que busca na constitucionalidade embasamento ora na defesa da vida da mulher, ora na defesa da vida do feto. Foram identificadas duas abordagens pró e anti aborto no enquadramento Legal: uma via direitos de cidadania e outra via direito penal. A primeira (via direitos de cidadania) abarca o tema do aborto visando à garantia e ampliações de direitos. A segunda (via direito penal) abarca a temática visando ora imputar caráter criminal, ora imputar caráter não criminal à prática do aborto, isto é, trata o tema a partir de um ponto de vista punitivo. Do aspecto do enquadre e contra enquadre Médico-científico também foram identificados duas abordagens: uma via mulher e outra via feto. Nesse enquadre, por vezes, a interpretação se faz embasada na mulher como sujeito de atenção médica, ou no feto como sujeito ou não sujeito a ser definido pelas ciências biológicas e médicas. O enquadre de Gênero, por sua vez, aborda o tema do aborto a partir de aspectos mais morais, na busca pela definição do papel social da mulher no sistema da reprodução humana.

Estes três grandes enquadres identificados se apresentam não isolados uns dos outros, a argumentação em torno do aborto encontra-se nas intersecções dos enquadramentos. Sendo que os enquadramentos do aborto Legal, Médico-científico e de Gênero mesclam-se nos discursos e posicionamentos.

### **Considerações finais**

O contexto das mobilizações em torno do aborto no confronto eleitoral de 2006 se faz crucial para o entendimento da batalha pró-aborto *versus* antiaborto nacional mais recente. Pois, é núcleo duro de um ativismo antiaborto organizado estrategicamente na forma política de movimento social. Como prenúncio dos anos que se seguiriam, o Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto, em 2007, já se pronunciava publicamente contra o posicionamento, frente ao tema do aborto, da então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. No âmbito institucional, a I Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o aborto inaugurou uma tendência organizativa de grupos contra o aborto no parlamento brasileiro: na 53ª Legislatura (2007 a 2010) foi formada a Frente Parlamentar Contra a Legalização do Aborto – Pelo Direito à Vida e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o aborto; e na 54ª Legislatura (2011 a 2014) foi formada novamente uma Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o aborto.

Resultado dessa nova forma organizacional, a disputa presidencial de 2010, polarizada pelos candidatos Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) foi antecipada pelo lançamento da Campanha “A vida depende de seu voto – 2010”, a partir do III Encontro de Legisladores e Governantes pela Vida. Efeito da pressão política, o governo de Dilma Rousseff de antemão se viu comprometido e atravancado em relação à pauta do aborto.

### **Referências bibliográficas**

BANASZAK, Lee Ann; ONDERCIN, Heather. **Explaining Movement and Countermovement Events in the Contemporary U.S. Women's Movement**. In: American Political Science Association Meetings: Washington – Columbia, sep. 2010.

BARRERAS, Sandra. **O agendamento do aborto na campanha presidencial brasileira de 2010: reverberação e silenciamento estratégicos entre imprensa, mídias sociais e candidatos**, 368f, 2013. Porto Alegre, Tese de Doutorado em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2013.

BENFORD, Robert; *et al.* The emergence, development, and future of the framing perspective: 25 + years since “frame alignment”. **Mobilization: An International Journal**, v. 19, n. 01, p. 23-45, 2014.

BISON, Ivano; DIANI, Mario. Organizações, coalizões e momentos sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**: Brasília, n. 3, p. 219-250, jan./jul. 2010.

CORRÊA, Sônia. **Aborto na cena política global: fios de história, desafios do momento**. In. IPAS- Brasil 10 anos, 2004.

\_\_\_\_\_. Brasil: aborto na linha de frente. **Questões de Saúde Reprodutiva**. v. 05, n. 01, p. 88-95, 2011.

CARREIRÃO, Yan. A eleição presidencial brasileira de 2006: uma análise preliminar. **Revista Política & Sociedade**, n. 10, p. 91-116, abr. 2007.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. Action forms, repertoires, and cycles of protest. In: \_\_\_\_\_. **Social movements: an introduction**. Blackwell Publishing. (2ed.). 2006a, p. 163-192.

\_\_\_\_\_. The policing of protest and political opportunities for social movements. In: \_\_\_\_\_. **Social movements: an introduction**. Blackwell Publishing. (2ed.). 2006b, p. 193-222.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o Governo Lula: cooptação e resistência. **Observatório Social da América Latina**, ano VI, n.19. CLACSO: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires, jul., 2006.

FARIA, Cláudia. Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva? **Revista Sociologia e Política**: Curitiba, v. 18, n. 36, p. 187-204, jun. 2010.

GOLDSTONE, Jack. Introduction: Bridging institutionalized and noninstitutionalized politics. In: \_\_\_\_\_. **States, parties, and social movements**. Cambridge University Press, 2003, p. 01-24.

JASPER, James. Tastes in Tactics. In: \_\_\_\_\_. **The art of moral protest: culture, biography, and creativity in social movements**. The University of Chicago Press: Chicago, 2007.

LUNA, Naara. Aborto e células-tronco embrionárias na campanha da fraternidade: Ciência e ética no ensino da Igreja. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. v. 25, n. 74, p. 91-192, out. 2010.

MACHADO, Maria. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**: Brasília, n. 07, p. 25-54, jan./abr. 2012a.

\_\_\_\_\_. Religião, cultura e política. **Revista Religião e Sociedade**: Rio de Janeiro, v. 32, n.2, p. 29-56, 2012b.

MAYORGA, Claudia; MAGALHÃES, Manuela. Feminismo e as lutas pelo aborto legal ou por que a autonomia das mulheres incomoda tanto?. In. MAIA, Mônica (Org.). **Direito de Decidir: múltiplos olhares sobre o aborto**. Autêntica, 2008, p. 141-170.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Revista Lua Nova**: São Paulo, n.76, p. 11-48, 2009.

MEYER, David; STAGGENBORG, Suzanne. Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. **The American Journal of Sociology**. v. 101, n. 06, p. 1628-1660 may.1996.

NOGUEIRA, Thays. **A trajetória da discussão sobre a legalização do aborto no governo executivo brasileiro entre os anos de 2004 e 2010**: reflexos da relação movimento feminista e Estado durante o governo Lula. Águas de Lindóia, 2013. Trabalho apresentado em 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia, de 23 a 27 de set., 2013.

PETINELLI, Viviane. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). **Opinião Pública**: Campinas, v. 17, n. 01, p.228-50, jun., 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. **As Conferências Nacionais no Governo Lula**: Limites e Possibilidades da Construção de uma esfera Pública. Caxambú, 2006. Trabalho apresentado no XXX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, out. 2006.

RIBEIRO, Flávia. Aborto por anencefalia na mídia brasileira: análise retórica do debate entre as posições “pró-escolha” e “pró-vida”. **Revista Brasileira de Ciência Política**: Brasília, n.07, p. 83-114, jan./abr., 2012.

ROCHA, Maria. **A Questão do Aborto no Legislativo Brasileiro**: uma visão geral dos anos 90 e da década atual. Caxambu, 2008. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, de 29 de set. a 03 de out. 2008.

SALES, Lilian. A controvérsia em torno da liberação das pesquisas com células tronco embrionárias no Brasil: posições e argumentos dos representantes da Igreja Católica. **Revista de antropologia**: São Paulo, USP, v. 57 n. 1, p. 179-214, 2014.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento:** movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Os movimentos sociais como política. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 03, p. 133-160, jan./jul., 2010.

USEEM, Bert; ZALD, Mayer. **Movement and Countermovement:** Loosely Coupled'Conflict. Paper presented at Annual Meetings of the American Sociological Association: San Francisco – California, sep. 1982.